



GT 053. Políticas patrimoniais, conservadorismo político e os novos desafios da antropologia

Simone Pondé Vassallo (Universidade Federal Fluminense, Departamento de Antropologia) - Coordenador/a, Patricia Silva Osorio (UFMT) - Coordenador/a, Renata de Sá Gonçalves (Universidade Federal Fluminense) - Debatedor/a, Regina Maria do Rego Monteiro de Abreu (UNIRIO) - Debatedor/a

Nos anos 2000, as políticas de promoção do patrimônio imaterial propiciaram a chegada de novos atores no campo do patrimônio, como os chamados detentores, bem como a ampliação da participação dos antropólogos nessas esferas. Várias práticas de grupos subalternizados foram reconhecidas como patrimônio nacional e se beneficiaram de recursos públicos, contribuindo ativamente para as suas lutas por direitos. No entanto, com a mudança política ocorrida em 2016 e com o aumento das forças conservadoras, vários programas de democratização do patrimônio foram reduzidos ou mesmo interrompidos. Além disso, setores conservadores começaram a atuar mais diretamente nas práticas patrimoniais, gerando inúmeros impactos. Nesse contexto, no âmbito das atividades propostas pelo Comitê de Patrimônios e Museus da ABA, o presente GT busca refletir sobre as seguintes questões: quais os impactos das novas políticas patrimoniais e do aumento das forças conservadoras nas diferentes situações etnográficas e na atuação dos órgãos públicos voltados para o patrimônio? Quais os desdobramentos dessas novas políticas na própria pesquisa antropológica? Qual o papel do antropólogo como mediador entre essas diferentes esferas? Com o intuito de ampliar a reflexão para as diversas formas de atuação dos antropólogos, o GT se propõe a acolher trabalhos tanto dos que estão inseridos na academia quanto os dos que atuam em órgãos governamentais.

Laudos etnográficos, mobilizações e work antropológico na patrimonialização dos templos afro-brasileiros.

Autoria: Emmanuel Bastos de Magalhães Lopes

Este artigo é parte da tese de doutorado em desenvolvimento, apresenta revisão de literatura e alguns resultados. O objetivo da pesquisa é entender como surge e se desenvolve a produção de laudos etnográficos enquanto documentos dos processos de patrimonialização dos terreiros de candomblé na Bahia. Estamos, desde meados dos 80, no período da patrimonialização das diferenças, no qual diversos grupos pressionam o Estado, negociando suas demandas. Indígenas e afro-brasileiros conseguiram avanços nas lutas de reconhecimento, demarcações, garantias de direitos e o acesso a memória e patrimônio. Estudo três dimensões desde movimento, a primeira é entender a motivação de grupos do candomblé, que, a partir daquela patrimonialização da diferença, ativa o Estado a incluí-los no mapa de bens protegidos criando os Monumentos Negros do Brasil. A segunda é o surgimento de uma "classe" de antropólogos, técnicos nos gabinetes das secretarias em postos que trabalham sobre Cultura, responsáveis pelo Patrimônio Cultural. A terceira, são as consequências e especificidades do laudo etnográfico como documento que participa, ao mesmo tempo como ator e produto (agente e actante) de uma política de patrimonialização. Parto de uma etnografia multisituada, realizada em dois ambientes habitados por diferentes sujeitos. Nos gabinetes, técnicos são atores humanos manuseiam e fazem-se agir de volta, pelos acervos e arquivos das instituições de salvaguardas, estes atores não humanos. O amálgama desta relação: a burocracia?, normatizações, legislações, protocolos, procedimentos etc. Noutro campo, interlocutores mais usuais das etnografias dos terreiros: os membros de templos tombados. Isto tudo ocorre em meio as mobilizações para garantia de



direitos e como se articulam, em especial, com àqueles técnicos e/ou acadêmicos. Rastreio os documentos enfatizando-os como agentes que restituem, de distintas maneiras, a produção da produção social da indiferença. Neste domínio, o conhecimento da atuação antropológica no Brasil se transforma, partindo da esfera acadêmica para a pública, dividindo o protagonismo entre Estado e sociedade. Ora, se esta mesma torna-se cada vez mais distante da política e elege bancadas cada vez mais conservadoras, os representantes praticam atos escusos dos mais variados, seja o impeachment (golpe), até o desmonte em avanços em políticas públicas (inclusive nos governos progressistas do presidencialismo de coalisão entre 2003-2016), como não prioritárias, inseridas aqui as de patrimônio e memória. Assim, Ministérios, programas, planos, grupos de work da agenda voltada à estas atividades retirados e/ou destituída de legitimidade, apresentando desafio na atuação dos antropólogos, ao mesmo tempo que minorias reorganizam-se durante os duros embates.



Realização:



Apoio:



Organização:

